



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

ANTONIO RAMOS DE FREITAS

BELO HORIZONTE, 2015

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a orientação da Professora Laisa Kelly Vilanova do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, professores e à Escola Municipal “Professor José Batista de Mendonça” razão maior da realização do mesmo.

RESUMO

Este trabalho foi realizado na Escola Municipal José Batista de Mendonça, localizada na zona periférica da cidade de Coronel Fabriciano. O trabalho realizado visa estabelecer um paralelo entre o processo avaliativo realizado na escola antes e depois da reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), onde foi realizada uma análise crítica sobre a temática. Sendo assim, este trabalho vem coadunar-se com a ideia de que as mudanças são possíveis em relação às práticas educativas, desde que haja um comprometimento verdadeiro em relação a elas. Diante desta situação, percebe-se um trabalho que busca ações reflexivas quanto à avaliação da aprendizagem, enquanto um processo que visa o estabelecimento de relações mais democráticas na escola.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Avaliação da Aprendizagem, Projeto Político Pedagógico.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	05
1-..O CONCEITO DE AVALIAÇÃO.....	07
2- A Avaliação da Aprendizagem e o Projeto Político-Pedagógico: características gerais do processo avaliativo da EMPJBM antes da reelaboração do PPP.....	10
2.1 Práticas e usos da Avaliação na EMPJBM	14
2.2 A avaliação na EMPJBM a partir da re(elaboração) do Projeto Político Pedagógico	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
ANEXO- PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	24

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Professor José Batista de Mendonça”, localizada no bairro Santa Cruz em Coronel Fabriciano, Minas Gerais, é uma instituição ligada à Secretaria de Educação do Município de Coronel Fabriciano e subordinada ao Sistema Municipal de Ensino. Iniciou suas atividades escolares no dia 05 de fevereiro de 2007.

A escola atende 64 crianças de 4 e 5 anos (1º e 2º Períodos) no turno matutino e 87 crianças de 2 e 3 anos (maternal e 1º período) no turno vespertino. No Ensino Fundamental atende 225 crianças de 8 a 10 anos (3º e 5º ano) no turno matutino e 198 crianças de 6 a 7 anos (1º e 2º ano) no turno vespertino.

A escola está inserida em uma comunidade socialmente carente e que apresenta alto índice de criminalidade, envolvendo o uso de drogas e morte precoce de adolescentes. A escola se propôs a oferecer educação integral com diversas oficinas e avançar no desempenho de sua função social, garantindo a permanência dos educandos na escola.

A Escola Municipal “Professor José Batista de Mendonça”, prioriza uma educação voltada para a formação cidadã de seus alunos, proporcionando uma visão crítica do cotidiano, problematizando os vários fatores sociais que afetam o seu dia-a-dia, possibilitando questionar a sua situação, do seu país, comunidade local e os vários problemas que afetam a sociedade.

Neste contexto, a escola tem reestruturado seu Projeto Político Pedagógico instrumentalizando os profissionais a fim de exercerem uma prática pedagógica adequada ao perfil dos educandos na busca da sua função social acreditando na concepção de avaliar e promover a inclusão social, formando cidadãos críticos e participativos.

Para realização deste trabalho, elencou-se algumas situações-problema de modo a proporcionar uma melhor análise e entendimento do processo educativo como:

- a) Capacitação dos professores permitiu conhecer os usos e funções da avaliação?
- b) Como o professor oportunizou aos alunos a expressar suas ideias?
- c) O professor possui feedback sobre sua prática pedagógica?
- d) Quais as formas de avaliação e recursos são utilizados pelos professores?

Visando entender melhor a proposta, o tema foi dividido em três tópicos cuja finalidade era uma análise direcionada aos fins didáticos dentro de uma proposta avaliativa como:

- Principais características do processo avaliativo na EMPJBM antes da reelaboração do PPP;
- Usos e práticas da avaliação na EMPJBM;
- Reorganização da prática avaliativa após a reelaboração do PPP na EMPJBM.

Identificamos como de grande importância o tema, por focalizar o processo avaliativo e as dificuldades dos profissionais em relação à teorização e à prática. Com isso, notou-se a necessidade da escola em construir seu PPP como instrumento norteador e balizador da prática pedagógica. No caso da EMPJBM a reelaboração do PPP foi o fator decisivo para reorganização da prática avaliativa na Educação Infantil e Ensino Fundamental, onde o educador buscou desempenhar com maior competência seu papel, contribuindo com os demais colegas para que os mesmos pudessem entender o sentido e sua função no processo de aprendizagem.

Essa ideia de busca e pesquisa para realização deste estudo surgiu a partir da inquietude pessoal e do grupo de professores em ver uma prática avaliativa tão limitada, sem nenhuma sustentação teórica e totalmente destoada dos princípios educacionais que regem a escola.

Os desafios relativos à avaliação na escola pública são inúmeros, e nos deparamos com os dissabores dos profissionais acerca dessa temática, não perdendo com isso o foco de sua função social, de formar cidadãos conscientes de suas ações, desenvolvendo competências e habilidades necessárias a sua formação enquanto pessoa de direitos e deveres.

Neste contexto, temos o Projeto Político Pedagógico e a Avaliação de Aprendizagem como temas de reflexão visando analisar, estudar e reorganizar a prática educativa da escola, após a reelaboração PPP, seguido dos objetivos específicos, a saber:

- Conhecer as concepções que sustentavam a prática avaliativa da escola antes da reelaboração do PPP;
- Estimular a equipe de profissionais a refletir sobre os conceitos estanques no campo da avaliação, bem como elucidar novas e possíveis práticas de avaliação escolar;
- Conhecer as atitudes dos professores em relação ao processo de avaliação da aprendizagem, frente às exigências da sociedade e legislação atuais, antes da reelaboração do PPP;
- Identificar as dificuldades dos profissionais em compreender e utilizar instrumentos avaliativos eficazes que contribuem para a eficiência do ensino-aprendizagem de forma contextualizada, procurando levantar hipóteses na busca de soluções para o problema identificado;
- Identificar os avanços alcançados no processo avaliativo da escola após a reelaboração do PPP.

1- O Conceito de Avaliação

Segundo Hoffmann:

A avaliação, enquanto mediação significa encontro, abertura ao diálogo, interação. Uma trajetória de conhecimento percorrida num mesmo tempo e cenário por alunos e professores. Trajetos que se desencontram, por vezes, e se cruzam por outras, mas seguem em frente, na mesma direção (2005, p. 40).

Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, a avaliação se configura como uma atividade essencial. Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Professor José Batista de Mendonça” (CORONEL FABRICIANO, 2014, pag. 18):

A avaliação nos anos iniciais do Ensino Fundamental é de extrema importância, pois direciona a prática pedagógica, deixando claro quais são as intervenções necessárias para o sucesso na aprendizagem, levando em conta o contexto escolar no qual o educando está inserido. Ela ocorrerá de forma processual e contínua. Será coerente com o Currículo, valorizando todo e qualquer progresso do aluno; será valorizado seu crescimento enquanto ser individual e social, ressaltando as aprendizagens significativas que proporcione o desenvolvimento global do educando.

Nesse sentido, Fernandes e Freitas (2007) afirmam que:

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Esse processo inclui outras ações que, implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pode obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras. (FERNANDES; FREITAS.2007, p.47)

Sendo assim, o ato de avaliar é um componente essencial para que o educador possa rever sua prática e replanejar sua aula e metodologia de ensino e deve estar inserida no Projeto Político Pedagógico da escola visando à aprendizagem dos educandos. É importante ressaltar que esses princípios de aprendizagem devem ser defendidos pela escola, priorizando a sua função social. Podemos com isso, recorrer ao pensamento de Luckesi (1998) para dimensionar a importância da avaliação:

A avaliação poderia ser compreendida como uma *crítica de percurso de ação*, seja ela curta, seja prolongada. Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, *a avaliação subsidia essa construção*, porque *fundamenta novas decisões*. [...] a avaliação como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. (LUCKESI, 1998, p. 116-118).

Falar sobre avaliação é uma forma de refletirmos e entendê-la como eixo fundamental do projeto pedagógico da escola e o mesmo deve trazer em sua essência, segundo Romeiro (2000, p.86) a mesma dinamicidade desta, porque

quando ela é bem fundamentada podemos tomar decisões acerca de ações necessárias à melhoria educacional.

Segundo Luckesi (1995), a avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins, em si mesmos, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica.

Segundo as diretrizes da Educação Infantil no artigo 12:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo-lhe: I- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II- Utilização de múltiplos registros realizados pelos adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.). III- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança. IV- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; V- (Utilização de múltiplos registros realizados pelos adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.).)A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança. VI- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil. VII- A não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2010, p.29)

A prática de avaliação da aprendizagem é desenvolvida na referida escola, o ensino nos remete a uma posição de poucos avanços, não sendo realizada como elemento que auxilie no processo ensino aprendizagem, deixando de identificar e estimular os potenciais individuais e coletivos.

Nesse contexto, este trabalho se faz necessário devido aos resultados alcançados nas avaliações aplicadas neste ambiente educacional. Visto que as avaliações têm sido utilizadas como um instrumento de questionamento na busca da qualidade educacional e, ao mesmo tempo, as instituições de ensino buscam repensar seus métodos e adequá-los às melhores formas de realização de seus trabalhos, na busca da eficiência e satisfação dos resultados.

Sendo assim, avaliar os resultados é uma forma de melhorar e mudar sua

metodologia e práticas educacionais na busca de novas propostas pedagógicas, valorizando os saberes e adequação à realidade de nossos educandos. Propõe-se assim desenvolver novas ações na busca de fins comuns para a melhoria e qualidade na educação.

“Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos” (LUCKESI, 1995, p.43). A avaliação nada mais é do que a busca da qualidade, estabelecendo vínculos e trabalho participativo.

Nesse sentido, analisando o Projeto Político Pedagógico da EMPJBM, percebem-se algumas divergências em relação ao ato de avaliar os educandos, sendo que, os profissionais apresentavam certa dificuldade no processo avaliativo, pois não valorizavam a aprendizagem significativa dos alunos, deixando de reconhecer o crescimento intelectual, individual e social.

Partindo dessa dificuldade percebeu-se a necessidade de empreender, valorizar e reconhecer as várias aprendizagens destes alunos, além de que este procedimento está coerente com o Currículo escolar. Então, procurou-se disseminar entre a equipe de professores alguns dos princípios de valorização e o replanejamento para que novas práticas pedagógicas pudessem envolver o conhecimento prévio dos educandos associado à criatividade, afetividade e planejamento que possibilitem a construção do conhecimento em prol da qualidade na educação.

2- A Avaliação da Aprendizagem e o Projeto Político-Pedagógico: características gerais do processo avaliativo da Escola Municipal Professor José Batista de Mendonça antes da reelaboração do PPP.

A avaliação tem se configurado no grande gargalo para que se constitua uma prática pedagógica eficiente e democrática. A escola e os professores apresentam sérias dificuldades em lidar com a avaliação no sentido de evidenciar o percurso que

os alunos fizeram em seu processo de aprendizagem e identificar as falhas na prática pedagógica.

No dia-a-dia da escola percebeu-se a importância de estudo do tema avaliação entre os professores, sendo ele o motivo de incômodo e preocupação. Existia certa falta de naturalidade para se tratar do assunto, pois ela é resultado da visão tradicional da escola, que ainda é muito presente no nosso cotidiano.

Pode-se perceber ainda que as intenções e usos da avaliação na EMPJBM sofrem influência direta da frágil concepção professada e existe uma confusão notória com relação às funções da avaliação. Na verdade a avaliação era vista como uma etapa do processo, e o que é mais agravante, etapa final (produto). Segundo Fernandes e Freitas (2007, p.23)

Avaliar faz parte do processo de ensino e aprendizagem: não ensinamos sem avaliar, não aprendemos sem avaliar. Dessa forma, rompe-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo.

Acredita-se que tais fragilidades se devem a pouca formação dos profissionais no decorrer de sua formação inicial, e que com isso, não dão conta de realizar um processo ensino-aprendizagem com toda a abrangência que este requer na sociedade atual e tão pouco de pontuar todos os aspectos de uma avaliação dinâmica, num processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação consciente e participativa. Diante desse contexto, Nóvoa (1995) é enfático ao afirmar que:

[...] a formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção... A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola... Toda a formação encerra um projeto de ação. E de transformação. E não há projeto sem opções. As minhas passam pela valorização das pessoas e dos grupos que tem lutado pela inovação no interior das escolas e do sistema educativo... (1995, p.28)

A avaliação é o ponto de partida e de chegada de todo e qualquer trabalho pedagógico. Sendo a escola um espaço de aprendizagem, é importante que os

educadores invistam na “aprendizagem da avaliação”, por se tratar de uma habilidade recente na nossa escola.

A contribuição da história da educação aliada ao modelo de sociedade excludente na qual vivemos e a repetição, ainda que de forma inconsciente da experiência de cada um ao longo de sua trajetória escolar no contexto de sua prática educativa são, sem dúvida, aspectos facilmente identificáveis das dificuldades que os profissionais apresentam em transitar de uma prática conservadora de avaliação para uma emancipatória e democrática. Segundo Paulo Freire (1998, p.43-44),

[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica tem de ser de tal modo concreto que se confunda com a prática...

Hoffmann (1991, p.22) também acredita...

[...] que a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e, principalmente a avaliação classificatória e autoritária exercida pela maioria, encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua história como aluno e professor. A vontade de se fazer diferente existe, porém não se sabe como fazer.

Nesse sentido, o profissional deve analisar essas influências em relação a sua prática avaliativa e, antes de tudo, responder a algumas questões básicas: o porquê da avaliação, quem será avaliado, o que será avaliado, quando acontecerá a avaliação, como será feita, quem avalia, quem define a maneira como a avaliação deve ser, como será apresentado o resultado da avaliação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) a avaliação é contemplada no Art. 24, inciso cinco, que diz:

[...] a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração dos estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a avaliação é contemplada no volume um, cuja concepção proposta vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional. Sob a perspectiva do documento acima citado:

[...] a avaliação configura-se num conjunto de ações com vistas a sustentar e direcionar a ação pedagógica. Deve acontecer de forma contínua e sistemática por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno e vista como instrumento que procura conhecer o quanto o aluno se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos de escolaridade em função da intervenção pedagógica realizada. (BRASIL, 1997, p.55)

No entanto há que se chamar a atenção para o fato de que a expectativa do professor sobre o desempenho dos alunos pode funcionar como “profecia autorealizadora”¹. Essa é uma prática até então facilmente percebida entre os profissionais da EMPJBM. A crença na incapacidade do aluno legitima seu fracasso. Cabe ao professor procurar conhecer seu aluno na sua subjetividade e necessidades individuais, acionar seus conhecimentos prévios para, a partir daí, planejar seu trabalho, com vistas a envolver o aluno na aprendizagem, oportunizando-o desenvolver uma imagem positiva de sua capacidade e a vontade de prosseguir com os estudos.

¹ Estudos realizados pelos pesquisadores norte-americanos Robert Rosenthal e Lenore Jacobson (1964) apontaram que as expectativas do professor exercem muita influência sobre o desempenho escolar de uma criança. Segundo os autores, o professor que tem uma visão positiva do aluno, acaba por estimular as qualidades desse aluno, gerando melhores resultados. Inversamente, se o professor não tem apreço por determinado aluno, acaba por influenciar negativamente o seu desempenho.

Sendo assim, o professor deve-se comprometer de fato com uma escola democrática, promovendo uma avaliação voltada ao diálogo com a complexidade e multiplicidade de saberes. “O sentido fundamental da ação avaliativa é o movimento, a transformação, o que implica num processo de interação educador e educando, num engajamento” (HOFFMANN, 1991, p.110).

2.1- Práticas e usos da Avaliação na EMPJBM

A avaliação é “a coleta sistemática de dados por meio da qual se determinam mudanças de comportamento do aluno e em que medidas estas mudanças ocorrem.” (BLOOM et al apud SANT’ANNA, 1995, p.29). No entanto, na EMPJBM até então não existia variedade de práticas avaliativas. Existia um modelo único, utilizado por todos os anos de escolaridade, erroneamente denominado de avaliação diagnóstica.

Instaurou-se aí certa confusão em relação ao uso e a função da avaliação. Entre o período de realização da avaliação primeira (diagnóstica) e a realizada ao final da etapa (somativa) estabeleceu-se uma lacuna. O aluno estuda os conteúdos “programáticos” a partir dos resultados evidenciados na avaliação diagnóstica e dois meses depois é avaliado sobre o que aprendeu ou deixou de aprender em termos de conteúdos. As variáveis desse processo simplesmente não existiam. O porquê de o aluno não ter aprendido deveria ser foco de observação e registros do professor.

Em linhas gerais a teoria da avaliação processual é campo nulo. Não existia uma definição sobre quais procedimentos seriam adotados quando o aluno não alcançasse o resultado esperado ou não adquirisse as competências requeridas. Não se tinha também clareza em relação a quais instrumentos de acompanhamento e registros que poderiam ser utilizados.

Necessário se faz registrar que o resultado da avaliação final, “somativa”, realizada ao final do bimestre, não tem, teoricamente falando, caráter quantitativo; aos alunos se atribuem conceitos de acordo com o seu desempenho na avaliação de cada disciplina, dependendo do número de questões certas ou erradas, uma vez que esta é totalmente objetiva.

No entanto é fácil perceber a “soma” no imaginário do professor, ou seja, para cada conceito atribuído há nota equivalente. Percebe-se que o eixo da avaliação recaía somente sobre o aluno. Somente ele era avaliado. Não existia a preocupação de se estabelecer um plano de trabalho a partir das fragilidades diagnosticadas pela avaliação inicial. A responsabilidade pelo insucesso era só do aluno.

O professor não concebia o bom ou mau resultado de seus alunos como bom ou mau resultado de sua prática. Não se estabelecia a possibilidade deste “feedback” para redirecionamento de seu planejamento de trabalho.

2.2 - A avaliação na EMPJBM a partir da reelaboração do Projeto Político Pedagógico.

Para discorrer sobre o assunto focado, retomaremos as considerações iniciais deste trabalho buscando estabelecer a relação a qual nos propusemos.

Necessário se faz elencar então as características do processo avaliativo na EMPJBM, antes da realização da reelaboração do PPP, cuja última versão datava de 2004. Para efeito de esclarecimento o processo de reelaboração do PPP aconteceu durante todo o primeiro semestre de 2012 e novamente em 2014, durante o curso de especialização em Gestão Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sendo assim, até bem pouco tempo atrás a escola não tinha um plano de avaliação definido. Os profissionais se sentiam pouco a vontade para falar do assunto e não sabiam como definir a avaliação que praticavam, tão pouco qual a concepção que a sustentava. O que acontecia na prática era o uso de uma forma única de avaliar para todos os anos de escolaridade erroneamente conceituada.

A partir do estabelecimento do debate para a reelaboração do PPP os pontos frágeis da escola foram acentuados, entre eles a avaliação. A avaliação foi considerada ponto frágil e a formação dos profissionais também. Apesar do constrangimento inicial devido à debilidade do conhecimento acerca do assunto, o grupo de profissionais reconheceu a necessidade de se investir de fato em estudos para se elaborar um conceito de avaliação, baseado numa concepção que convergisse com as reais necessidades da escola e da comunidade atendida com vistas a elaborar um plano de avaliação, tendo em vista que se trata de um eixo importante do Projeto Político pedagógico.

Entendendo o aluno como ser social, buscou-se o embasamento dos trabalhos na teoria sociointeracionista de Vigotsky, aliada ao trabalho de Hoffmann (1993), que denomina avaliação mediadora, aquela que considera cada aluno em sua individualidade, utiliza-se de pareceres descritivos, por meio de “relatórios de avaliação” com informações a respeito da construção do conhecimento pelo aluno. Nesse sentido a avaliação é vista como parte essencial na educação, permeando todos os momentos em sala de aula.

Hoje a prática da avaliação da EMPJBM não é ainda a ideal, porém percebe-se um grande avanço na prática dos professores que estão permitindo que a avaliação aconteça na sala de aula e fora dela, buscando diversificar os instrumentos e formas de avaliar. As competências não podem, segundo Perrenoud (1999), ser avaliadas por lápis e papel. O aluno precisa exercitar suas habilidades, que o levarão a aquisição de grandes competências.

Segundo Abramowicz (2001, p.1), “diversificando os instrumentos é possível abranger todas as facetas do desempenho do estudante”. A partir da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, pôde-se acompanhar momentos de estudos dos professores onde a tônica da discussão era os avanços alcançados em relação à avaliação e troca de experiências sobre os resultados alcançados.

Ao final do primeiro bimestre do ano de 2014, junto com a avaliação final foi apresentado aos pais um portfólio de atividades produzidas pelos alunos, aliado a um diário de bordo construído de forma coletiva, pontuando as ações realizadas pela turma durante aquele período de tempo. Nesse diário foram registrados os objetivos de cada ação, os resultados alcançados e não alcançados, o porquê de não terem sido alcançados e as ações previstas para a efetivação das mesmas. O resultado

individual do aluno foi apresentado aos pais pela análise das avaliações e entrega dos boletins. O resultado geral da turma foi apresentado através de gráficos projetados.

Interessante pontuar aqui a construção do PIP e do PDI, respectivamente plano de intervenção pedagógica e plano de desenvolvimento individual do aluno, instrumentos importantíssimos na reorganização da prática avaliativa. O PIP consiste em redirecionar as ações do professor, definindo quais procedimentos adotar quando o aluno não construiu as competências requeridas e quais instrumentos de acompanhamento e registros utilizar.

O PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) seria realizado em princípio somente para alunos com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento. Como esses casos são raros na escola, decidiu-se realizá-lo também em relação àqueles alunos que apresentam sérias dificuldades em aprender.

O PDI é construído a partir de um relatório consubstanciado baseado em uma anamnese, da observação do professor e da busca de informações na pasta do aluno com envolvimento de vários profissionais e da família. A avaliação inicial, subsidiada pelo relatório circunstanciado é o momento de aprofundar o conhecimento sobre o aluno. Acontece no início do processo e permite identificar as dificuldades e potencialidades no que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento global do aluno.

A avaliação do processo, quando bem feita, garante melhores resultados na avaliação final. Pode-se, pois afirmar que a ênfase na avaliação do processo, não diminui a importância da avaliação do produto. As funções da avaliação são interdependentes e complementares. Nesse contexto, Luckesi (2005, p.20) afirma que “processo sem produto efetivo, é perda de recursos (tempo, dinheiro, pessoas, espaço físico,...), mas por outro lado, resultados sem processos consistentes, são miragens, não existem”.

Considerações Finais

O trabalho ora realizado objetivou fomentar o debate acerca da avaliação da aprendizagem como eixo importante do Projeto Político-Pedagógico, a fim de que o processo avaliativo se torne, a cada dia, mais democrático. Imbuídos do desejo de “fazer diferente”, os profissionais se renderam ao debate reflexivo sobre a prática e conscientes de suas fragilidades fizeram opção de se comprometerem verdadeiramente com ela. Foram meses de estudos organizados pela própria escola, cujos autores selecionados foram citados ao longo da realização desse trabalho.

Hoje a escola tem a exata dimensão de que o processo avaliativo deve oportunizar o crescimento pessoal e humano de todos, sem nenhum tipo de exclusão ou discriminação, que a avaliação pode acontecer em lugares para além da sala de aula e a todo o momento.

Têm-se clareza da importância de diversificar os instrumentos de avaliação de acordo com as peculiaridades e necessidades individuais dos alunos e, principalmente clareza quanto às funções da avaliação (diagnóstica, formativa, somativa). O professor sabe que o seu trabalho em sala de aula ou em qualquer outro espaço deve estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico e que o registro de sua prática é o que lhe confere resultados mais positivos.

Os desdobramentos desse trabalho estão apenas no início. Sabemos que temos um longo caminho pela frente. Assim sendo, acreditamos que uma proposta de trabalho, conforme nos afirma Romeiro (2000, p.86)

[...] por melhor elaborada que seja precisa estar sempre, em constante construção e reconstrução, demandando sensibilidade e disposição para a mudança, a todos os que dela participam. Essa predisposição exige uma nova concepção de avaliação, que é condição para o sucesso do projeto em desenvolvimento.

Após a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, essa nova concepção de avaliação está sendo traçada no dia a dia da Escola Municipal Professor José Batista de Mendonça e se configura hoje na condição dos avanços já alcançados e dos que ainda, se espera alcançar.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, Mere. Um reflexo fiel da escola. **Revista Nova Escola**. ed. 147, novembro.2011. Disponível em: revistaescola.abril.com.br . Acesso em 01/06

BECKER, Fernando. **Da ação à operação: o caminho da aprendizagem; Jean Piaget e Paulo Freire**. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. 160p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola/elaboração** Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: Mec, SEB, 2004.68p.: II. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2)

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORONEL FABRICIANO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Batista de Mendonça** . Coronel Fabriciano-MG, 2014

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz C. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.44 p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979

GROSBAUM, Marta Wolac. Progestão: **como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?**, Brasília: CONSED – Conselho nacional de Secretários de Educação, 2001.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre, Educação & Realidade, 1993.

_____ **Avaliação Mito e Desafio**. Porto Alegre, Mediação, 1991.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Avaliação da Aprendizagem como um processo construtivo de um novo fazer**. Disponível em: www.gestiopoli.com/canales4/aprendizagem.htm. Acesso em 06/01/2015

LUCKESI, Ciprano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar Estudos e Proposições**. 12 ed. (2010)

Minas Gerais. Secretaria de estado da Educação. **Reflexões sobre a Prática pedagógica**. Secretaria de Estado da Educação. Belo Horizonte, SEE/MG, 1997, 80p.

NÓVOA, Antônio et.al.(coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Eloisa da Silva Gomes. **Processo de aprendizagem em uma perspectiva sócio-interacionista ... Ensinar é necessário, avaliar é possível**. UERJ. Abril.2004. Disponível em: www.abed.org.br/congresso2004. Acesso em 06/01/2015

OLIVEIRA, Francisco Eliando Silva. **Avaliação da Aprendizagem: Dimensão da prática em uma escola do interior cearense**. Disponível em: [eliandooliveira.blogspot.com/.../monografia-avaliação da aprendizagem](http://eliandooliveira.blogspot.com/.../monografia-avaliação%20da%20aprendizagem) . Acesso em 05/01/2015.

PERRENOUD Philippe. **Construindo Competências**. Universidade de Genebra. Disponível em: www.unige.chapse/SSE/tachers/perrenoud/php.../2000_31.html. Acesso em 30/01/2015

_____ **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RIBEIRO, Mirla da Silva. **Avaliação da Aprendizagem no Ensino Fundamental: prática avaliativa em matemática.** 2010. Disponível em: www.uems.br/portal/biblioteca/repositorio/2012-06-27_18-56-040.pdf. Acesso em 06/01/2015.

ROMEIRO, Alice de La Roque, **Um olhar Sobre Avaliação Hoje.** Série de Estudos/ Educação à Distância. Salto para o futuro - Um Olhar sobre a escola. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. 2000

ROSENTHAL, R.: JACOBSON, L. **Profecias auto-realizadoras na sala de aula: as expectativas dos professores como determinantes não intencionais da capacidade intelectual dos alunos.** In: PATTO, M. H. (org.) Introdução à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como Avaliar? Critérios e instrumentos.** 9ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

ANEXO:

PROJETO

POLÍTICO-PEDAGÓGICO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR JOSÉ BATISTA DE MENDONÇA**

**ANTONIO RAMOS FREITAS
MARLEY RODRIGUES NATALINO
NILMA DE BRITO**

**CORONEL FABRICIANO
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR JOSÉ BATISTA DE MENDONÇA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do(a) Professor(a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**CORONEL FABRICIANO
2014**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. FINALIDADES DA ESCOLA.....	3
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	4
3.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	5
3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	6
4. CURRÍCULO.....	8
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	9
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	12
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	13
8. AVALIAÇÃO	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	17
ANEXOS.....	18

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico está baseado no conceito de escola integrada à sua comunidade e aos seus recursos educativos incluindo a educação em tempo integral, a gestão compartilhada da educação pública entre o estado e o município, se preocupa ainda, de forma efetiva com o cotidiano e como ele interfere no aprendizado escolar.

O Projeto Político Pedagógico da escola foi elaborado a partir de reuniões com a participação todos os segmentos da comunidade escolar, onde foram definidos os projetos e ações para serem desenvolvidos durante o ano letivo, visando uma melhoria na aprendizagem dos educandos.

O Projeto Político Pedagógico assume o seu papel na gestão democrática quando em seu processo a elaboração e implementação se pauta no princípio democrático da participação e, portanto, é um dos elementos do exercício da gestão democrática. O processo de construção e implementação do Projeto Político Pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair no vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade, é através das práticas, que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola, à sua cultura, manifestas em ritos e práticas.(AZEVEDO,2010, p.93)

A escola possui projetos que são institucionais e que norteiam os rumos de educação e das ações a serem desencadeadas por todos a partir do ano de 2014, além de atender ao aspecto legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, artigos 12, 13 e 14, da resolução 02/98 e do parecer 62/99 do Conselho Nacional de Educação.

A Escola Municipal Professor José Batista de Mendonça, localizada à rua Bélgica, número 58 no bairro Santa Cruz em Coronel Fabriciano, MG email:www.emjosebatistademendonca.mg.gov.br, telefone: (31) 3846-7814, é uma instituição ligada à Secretaria de Educação do Município de Coronel Fabriciano e subordinada ao Sistema Municipal de Ensino.

O prédio desta Escola foi reformado e adaptado às necessidades, inicialmente em 2006 e, agora mais recentemente, em 2011 e 2012 e o início de suas atividades

escolares ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2007, sob a direção da professora Ilma Ribeiro de Araújo Gusmão. Esta legalizada no Conselho Municipal de Educação e organização pedagógica pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A Escola Municipal Professor José Batista de Mendonça, atende à Educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Funciona no turno matutino e vespertino, possui 161 crianças matriculadas na Educação Infantil e 423 crianças no ensino fundamental, num total de 584 alunos.

Atualmente a Equipe Gestora é composta pela diretora Jacqueline Brum Lelles Pinho e tendo como vice-diretora Nilma de Brito e secretária Keyla Jayne Silvano e supervisoras Marley Rodrigues Natalino, Ronilda Marques de Oliveira e coordenadora pedagógica Maria Alice Silva de Miranda e 41 professores em sua maioria efetivos. Sua estrutura é para atender a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Atendemos um total de 586 alunos matriculados no turno matutino e vespertino.

Devido a escola estar inserida em uma comunidade que apresenta altos índices de violência e envolvimento com drogas, um número significativo de alunos fica exposto a esse risco, estamos enfrentando o desafio de oferecer a educação integral, inicialmente aos alunos do 3º e 4º anos após as aulas do ensino regular no matutino, permanecem na instituição e desenvolvem diversas atividades nas oficinas como: violão ,dança, artesanato, letramento e taekwondo.

Sustentada nos princípios norteadores, documentos normativos e o Regimento interno, refletimos na presente proposta como conceber a missão da escola pública para se adequar a essas modernidades sem desprezar práticas de outrora como o gosto pela leitura em livros, registramos alvos a serem atingidos, as opções e estratégias a serem seguidas em função desse objetivo.

Segundo Azevedo (apud BARBIER, 1996 p.3),

“... projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no

amanhã, a possibilidade de tornar real uma ideia, transformando-a em ato(...).”.

1- FINALIDADES DA ESCOLA

Diante das novas necessidades do ser humano inserido no contexto atual, frente ao surgimento de novas tecnologias, novos hábitos e posturas tidos como alternativas de lazer, trabalho e informação, a Escola vê a necessidade de inovar nas suas práticas de educar e comunicar.

Ser uma escola de referência na comunidade e no município onde o primordial é a formação integral do educando para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes meios para progredir e avançar no desempenho escolar garantindo seu acesso e permanência. Proporcionar um espaço agradável e harmonioso para se trabalhar onde todos se sintam bem e que possam contribuir para o crescimento pessoal e da instituição. Ser aberto à comunidade, garantindo a livre expressão, o diálogo e a participação nas decisões da instituição.

Promover uma escola justa, inclusiva, fraterna, transformadora, comprometida, democrática com capacidade de lutar pelos direitos do cidadão crítico e autêntico na busca de sua autonomia. Propiciar uma educação de qualidade com a participação dos pais, alunos, professores, funcionários, pedagogos, conselho escolar para que haja contribuição de ideias, sugestões de ações que visem melhores condições de aprendizagem e conseqüentemente uma melhora na vida escolar de cada aluno.

Criar condições para que todos os segmentos da comunidade escolar possam participar dos cursos de formação continuada para que, de fato aconteçam efetivamente as transformações necessárias na construção coletiva de uma educação com compromisso ético-político e pedagógico com o apoio da SMEC.

Cabe também a Escola, proporcionar aos profissionais da educação o enriquecimento profissional na busca da qualidade pretendida pela instituição pública de ensino. Incentivar a comunidade a participar das ações a serem desencadeadas, dando-lhes o direito de opinar sobre as prioridades e aplicação de recursos.

Entendendo-se como instituição responsável pela formação de indivíduos, a Escola busca suporte para o sucesso desta missão. Dentro desta perspectiva a Escola procura entender como o conhecimento se processa no ser humano, quais recursos serão empreendidos para atingir os objetivos, respeitando as diferenças culturais sem abrir mão dos seus valores éticos e respeitando a sua limitação física e organizacional.

Incentivar a participação do educando na ampliação da jornada no Programa Educação em Tempo Integral - oferecendo oficinas de complementação das habilidades culturais, esportivas e sociais, garantindo-lhe e proporcionando o acesso e a permanência na escola.

Segundo DOURADO (2010, p.210)

a dimensão acesso, permanência e sucesso na escola reflete o grande desafio da educação brasileira hoje, que é fazer com que as crianças e adolescentes permaneçam na escola e consigam concluir os níveis de ensino em idade adequada. As escolas são levadas a uma reflexão sobre o próprio nível de conhecimento e da situação que nela é vivenciada: quem são os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem; quem são aqueles que mais faltam; onde e como eles vivem; quais as suas dificuldades; quem são os alunos que abandonaram ou se evadiram; quais os motivos; o que estão fazendo; a escola tem algum mecanismo para trazer de volta os alunos evadidos?

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estrutura Organizacional Administrativa

A estrutura organizacional administrativa é a forma pela qual as atividades desenvolvidas são divididas, organizadas e coordenadas. Num enfoque amplo, inclui a descrição dos aspectos físicos (ex.: instalações), humanos, financeiros, jurídicos, administrativos e econômicos.

Estrutura Organizacional Pedagógica

Organiza as funções educativas para que a escola atinja de forma efetiva as suas finalidades. Refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo.

1.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A equipe gestora da escola é composta pela diretora e vice-diretora, pelas pedagogas Marley Rodrigues Natalino, Ronilda Marques de Oliveira e pela coordenadora pedagógica Maria Alice Silva de Miranda, que fazem a opção por uma gestão democrática e participativa onde o diálogo, o respeito são prioridades, e cada um assume sua função com responsabilidade. A escola conta com 41 professores.

Compete ao diretor, dentre outros, o papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. Com a criação do Conselho de Classe para possibilitar o processo de discussão junto aos professores, funcionários, alunos e pais de alunos, bem como na tomada de decisão nas questões financeiras e pedagógicas apontando solução para as mesmas.

Cabe ao diretor e vice-diretor cuidar da organização da escola, acompanhar a frequência dos alunos, realizarem o atendimento aos pais de alunos com problemas disciplinares. Informar e encaminhar a relação dos alunos infreqüentes ao Conselho Tutelar do município, ao Juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público conforme legislação, para garantir a frequência dos alunos. Além de favorecer e acompanhar juntamente com o coordenador pedagógico, as intervenções pedagógicas dos alunos com dificuldade de aprendizagem.

Os profissionais da escola são todos habilitados e estão em constante formação profissional. É importante ressaltar que a rede municipal de ensino investe bastante em cursos e formação docente como o PNAIC- Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, dentre outros, o que possibilita a formação continuada dos profissionais.

Visando uma participação mais efetiva da comunidade escolar duas instituições estão constituídas: Caixa Escolar e Conselho Escolar. O conselho escolar é um

órgão de representação da comunidade escolar e tem função fiscalizadora, deliberativa, consultiva e organizacional exercendo funções efetivas que garantam o financiamento da educação pública.

Segundo (BORDIGNON, 2004,p.22) “os conselhos de educação inserem-se na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada, para tornar presente a expressão da vontade da sociedade na formulação das políticas e das normas educacionais e nas decisões dos dirigentes.”

O recurso financeiro, provém da verba encaminhada à Escola pelo governo PDDE - Programa Dinheiro Direto da Escola que tem uma parte destinada a aquisição de bens de consumo e outra destinada a bens de capital.

Todos os recursos financeiros são gerenciados pela caixa escolar, constituída pelos segmentos da comunidade e gastos na melhoria da qualidade de ensino atendendo a prioridades definidas coletivamente.

1.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

O Coordenador Pedagógico é o responsável pelo suporte e apoio aos professores, além de propiciar momentos de estudo utilizando dentre outros, o rico material enviado pelo FNDE. Além do monitoramento dos Projetos Pedagógicos presentes no PPP, o coordenador propõe o uso de novas metodologias de ensino e incentiva o uso de materiais didáticos pedagógicos enviados pela SMEC.

O planejamento é realizado semanalmente pelos professores e acompanhado pelo coordenador que incentiva a troca de experiências de toda equipe de professores.

O coordenador propõe e monitora as atividades de intervenção pedagógica para os alunos com dificuldade de aprendizagem. Objetivando que toda criança aprenda a ler na idade certa. Visando uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem do educando e conseqüentemente uma melhor colocação no IDEB.

A Equipe pedagógica é formada por duas Professoras Mesa Educacional Alfabeto 24h matutino/vespertino, três Professores de Educação Física matutino/vespertino,

quarenta e um Professores Regentes 24h matutino/vespertino, dois Assistentes Técnicos Educacional 24h matutino/vespertino e três Professores eventuais. Contamos ainda com quatorze Auxiliares de serviços educacionais.

A Escola Municipal José Batista de Mendonça conta atualmente com aproximadamente, 586 alunos matriculados, atendendo a Educação Infantil (pré-escolar) e Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano do Ciclo da Pré-adolescência.

Quanto aos materiais didático-pedagógicos, a escola possui aparelho de DVD, aparelhos de som, computadores, impressoras, diversos jogos pedagógicos, um ótimo acervo de livros literários e em constante atualização, um retro projetor, uma copiadora (xérox) e outros.

O atendimento da Escola se faz exclusivamente no diurno e os alunos têm faixa-etária de 02 a 10 anos; apesar das variações de idade, existe uma boa integração entre eles.

As turmas de Educação Infantil estão divididas no turno matutino 64 crianças de 3 e 4 anos (1º e 2º período) e no turno vespertino 97 crianças de 2 e 3 anos (maternal e 1º período). No Ensino Fundamental as turmas estão divididas no turno matutino em 225 crianças de 8 a 10 anos (3º a 5º ano) e no vespertino 198 crianças de 6 e 7 anos 1º e 2º anos. Parte dos alunos da Educação Infantil são atendidos no anexo.

É notória a participação da comunidade, que demonstra interesse na vida escolar do aluno, apesar dessa participação estar limitada ao pouco tempo disponível dos pais e/ou responsáveis é visível o interesse de todos.

A escola busca, cotidianamente, envolver os pais na realização de diferentes atividades desenvolvidas no âmbito escolar, uma vez que acredita nessa parceria de sucesso: ESCOLA e FAMÍLIA. Assim, ao longo do ano são desenvolvidos diferentes projetos que buscam envolver e sensibilizar toda a família no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com a legislação os professores cumprem um terço de sua carga horária com e atividades extraclasse, com momentos de estudos e planejamento. Com momentos de troca de experiências e estudos.

2. CURRÍCULO

O Currículo da Escola Municipal Professor José Batista de Mendonça atende a uma Base Nacional Comum e a uma parte diversificada. A nossa Estrutura Curricular se pauta em torno no Ensino Fundamental de 9 anos, dentro de uma gestão democrática e participativa e nas orientações do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. ,

O desenvolvimento das capacidades/habilidades está em consonância com as diretrizes da SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) de Coronel Fabriciano. Define-se a partir daí a Proposta Curricular das diversas áreas do conhecimento buscando a integração/relação entre elas de forma interdisciplinar.

Na base comum, os componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental são Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Literatura, Artes e Informática.

Na parte diversificada, que busca atender as especificidades locais e regionais, será oferecida como língua estrangeira moderna e informática. Oferece também atividades complementares distribuídas de acordo com a matriz curricular e de acordo com a realidade da Escola. Temas transversais são trabalhados, ao longo do ano letivo, de forma interdisciplinar e contextualizados, através de projetos, visando proporcionar a construção do conhecimento aliado a prática plena da cidadania.

O currículo é a face da escola e através dele se mostram as mais diversas potencialidades, em meio às reações manifestadas pelos alunos em seus escritos, desenhos, jogos, brincadeiras, experimentos, estratégias de relacionamentos entre si e com os educadores. Através de uma prática pedagógica consciente e pautada em princípios éticos e respeito as diversidades, promovendo o respeito e a formação cidadã.

A Escola trabalha de acordo com a Pedagogia de Projetos e para que os mesmos aconteçam de forma significativa, o professor deverá propor aos alunos temas a serem trabalhados de forma interdisciplinar, que deverão estar consonância com o currículo e com a realidade do aluno. Esses projetos são monitorados e avaliados para que de acordo com a Proposta da Rede Municipal de Coronel Fabriciano para que proporcionem o desenvolvimento integral do educando.

Na Educação Infantil são utilizados nos momentos destinados aos planejamentos, os Cadernos da Infância, que foram construídos juntamente com os educadores da rede, com sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as crianças.

A opção da rede pela organização dessa proposta nos tempos/ciclos da vida exige reconhecer que a lógica que sustenta esses tempos/ciclos deve estar centrados nos educandos, sujeitos humanos, sujeitos de direitos, sujeitos em desenvolvimento. Respeitando cada ciclo gerado pela própria vida: tempo de ser criança, de ser adolescente, de ser jovem, de ser adulto, em suas dimensões. Assim em cada ciclo/tempo de formação há um conjunto de dimensões, de habilidades que dimensionam e aprofundam o fazer pedagógico e o caminho a ser descoberto e trilhado por todos aqueles que dele fazem parte. (CADERNO DA IFÂNCIA nº 3)

A Proposta Pedagógica da Rede Municipal de coronel Fabriciano, que foi estruturada a partir da elaboração do Plano Decenal Municipal de Educação aprovado pela Lei nº 3291 em março de 2006.

O planejamento didático-pedagógico atende aos preceitos legais respeitando os direitos estabelecidos em Lei, onde é destinado aos educadores um terço da jornada de trabalho ao ato de planejar. Sendo que, deste tempo, duas horas são destinadas a estudos direcionados pelas coordenadoras e as outras quatro horas são destinadas ao planejamento das aulas e ao preparo e seleção de materiais didáticos utilizados nas aulas.

3. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo e espaços escolares devem ser organizados de acordo com o calendário escolar, com a realidade dos alunos e da comunidade na qual a escola está inserida. O calendário é construído juntamente com toda equipe gestora, professores e comunidade e é aprovado pela Secretaria Municipal de Educação. Ele é importante porque é através dele podemos garantir e organizar os dias letivos e recessos da escola, que poderá ser adaptado de acordo com as necessidades da comunidade no qual a escola está inserida.

A jornada de trabalho será de 04h e 15 minutos diários, incluindo recreio, qual seja, módulo aula do Ensino fundamental de 01 hora e recreio com duração de 15 minutos. Nas turmas do 3º e 4º ano do ensino Fundamental, onde já foi implantada a Educação Integral em Tempo Integral a jornada é estendida por mais 04 horas diárias. Na escola acontecem três recreios em momentos distintos devido o espaço do pátio não comportar todos os alunos no mesmo momento.

No calendário deve conter: o início e o término do ano Escolar; o início e o término do ano letivo; os dias letivos; os dias destinados ao planejamento Escolar, capacitação dos professores, reuniões do conselho de classe, recuperação paralela, e eventos; os dias destinados às programações pedagógicas da Escola; os períodos de matrícula, férias dos professores e alunos, recessos; os dias destinados às programações cívicas e sociais, educacionais e culturais da Escola e do Município e os dias destinados para reuniões de pais.

O calendário Escolar ordenará a distribuição dos dias de atividades previstos por lei. O ano letivo tem a duração de 200 dias letivos, com 800 (oitocentas) horas anuais. Considera-se como dia letivo aquele que envolve professores e alunos em atividades escolares relacionadas com o processo ensino aprendizagem.

É através do calendário que teremos a quantidade de horas que os professores de cada disciplina irão usar em sala de aula, as avaliações, cursos, os feriados, as férias, períodos em que o ano se divide, os dias letivos, as atividades extracurriculares (como campeonatos interclasse, festa junina, entre outros) e as atividades pedagógicas (como trabalho coletivo na escola, conselho de classe e paradas pedagógicas).

Conforme Maria Barbosa e Maria Horn (2001, p.1) “é necessário que haja uma sequência de atividades diárias que sejam pensadas a partir da realidade da turma e da necessidade de cada aluno.”

Para dispor de tais atividades no tempo é fundamental organizá-las dentro tendo presentes as necessidades biológicas das crianças

como as relacionadas ao repouso, à alimentação, à higiene, e à sua faixa etária; as necessidades psicológicas que se referem às diferenças individuais como, por exemplo, o tempo e o ritmo que cada uma necessita para realizar as tarefas propostas; as necessidades sociais e históricas que dizem respeito à cultura e ao estilo de vida, como as comemorações significativas para a comunidade onde se insere a escola e também as formas de organização institucional da escola infantil. (BARBOSA, HORN, 2001, p. 68)

As aprendizagens que acontecem dentro dos espaços disponíveis e ou acessíveis à criança são fundamentais na construção da autonomia, tendo a criança como umas das construtoras de seu conhecimento.

“O espaço é muito importante para a criança pequena, pois muitas, das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela” (LIMA, 2001, p.16). A criança também precisa de tempo para, entre outras coisas, se organizar e criar seus espaços para além da sala de aula.

Essa organização do tempo escolar é normalmente feita no momento da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

A proposta pedagógica das Instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com as outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 18)

Segundo Elvira, (LIMA, 2001,p.11), “os fatores sociais interferem no desenvolvimento das crianças condicionando seus processos de formação. As desigualdades sociais e econômicas desde a primeira infância, têm um peso significativo sobre o desenvolvimento da criança.”

(...) O desenvolvimento da criança dependerá igualmente da possibilidade que ela tenha de explorar seu ambiente, expressar suas emoções, ter contatos com várias coisas e pessoas, estabelecer relações afetivas. É na interação com as pessoas e com o meio que a criança vai construindo sua subjetividade, sua imagem corporal, percebendo características próprias e desenvolvendo sua autonomia. (Lima, 2001,p.11)

Linguagens oral e escrita: práticas interativas

“A leitura de mundo precede a leitura da palavra. Daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”.
(...)

“De alguma maneira, porém , podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de escrevê-lo ou de reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.”

(FREIRE, 2006, p.11 e 20)

O trabalho com a leitura e escrita na educação infantil tem se constituído tema de discussão entre os educadores, de um lado se destacam a relevância dessas práticas culturais, do outro temos políticas educacionais, diretrizes e propostas curriculares decorrentes das mesmas e ainda as expectativas e anseios dos familiares responsáveis pela criança para o ensino e aprendizagem.

Segundo Kleiman (1995,p.19),o letramento é entendido como “Conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.

5- PROCESSO DE DECISÃO

Através de reuniões a equipe gestora busca discutir alternativas para o bom funcionamento da escola e das questões administrativas, financeiras e pedagógicas, de forma compartilhada nas tomadas de decisão.

A escola desenvolve um trabalho de parcerias junto com a comunidade escolar, onde os pais são parceiros e contribuem com o desenvolvimento dos trabalhos dentro do ambiente escolar e na comunidade.

Os alunos são assistidos e orientados pela equipe pedagógica, que se responsabiliza em orientar, mediar e promover o bom desempenho acadêmico e social dos alunos. Apoiado pelos pais nas decisões e na condução dos alunos no processo educativo.

Os professores são orientados pelo Coordenador Pedagógico ou Pedagogo, que se responsabiliza pelo bom andamento do trabalho pedagógico, dando suporte aos professores e propondo as intervenções para as crianças com dificuldade de aprendizagem sempre que necessário, além de cuidar da organização pedagógica da escola.

O conselho escolar participa ativamente nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, participam e acompanham os projetos e atividades sócio-culturais que acontecem no espaço escolar.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico¹ da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.(CADERNO 5) Conselhos escolares.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho se dão através de uma proposta de transparência e respeito ao trabalho do outro. Por isso, se faz necessário o incentivo ao trabalho em equipe e respeito ao colega. Nesse contexto a escola procurou delinear em reuniões periódicas as funções de cada profissional, não perdendo de vista, a necessidade de boa relação e apoio sempre que necessário entre os colegas.

Os conflitos são inevitáveis onde há muitas pessoas e de ideias diferentes, mas cabe a direção e ao coordenador pedagógico mediar esses conflitos, pois só quando conseguirmos um bom trabalho de equipe é que alcançaremos êxito.

O envolvimento da família com a escola e professores é um processo ainda em desenvolvimento, que gradualmente vem se efetivando. Essa participação se efetiva através de reuniões da etapa e convocações dos pais quando necessário. Temos uma ótima participação dos pais nos eventos culturais promovidos pela e escola.

7-AVALIAÇÃO

A avaliação nos anos iniciais do ensino fundamental é de extrema importância, pois ela direciona a prática pedagógica, deixando claro quais são as intervenções necessárias para o sucesso na aprendizagem, levando em conta o contexto escolar no qual o educando está inserido. Ela ocorrerá de forma processual e contínua. Será coerente com o Currículo, valorizando todo e qualquer progresso do aluno; será valorizado seu crescimento enquanto ser individual e social, ressaltando as aprendizagens significativas que proporcione o desenvolvimento global do educando.

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Esse processo inclui outras ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras. (FERNANDES.FREITAS.2007,p.47)

A avaliação na Educação Infantil

Na educação infantil, a prática avaliativa adquire ou deve adquirir outras significações para além da visão de controle, de preparação para prosseguimento em outra etapa. Inicialmente podemos considerar que nossa preposição refere-se à percepção/descoberta de novas

possibilidades de organização dos processos de acompanhamento e registros de experiências vivenciadas pelas crianças nos Centros de Educação Infantil, (Resolução 5 CNE/CEB de 17/12/2009)

Segundo as diretrizes da Educação Infantil no “Art.10 – As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo-lhe:

I- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II- Utilização de múltiplos registros realizados pelos adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.).

III- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança.

IV- A observação crítica e criativa das atividades, das **brincadeiras** e interações das crianças no cotidiano;

V- Utilização de múltiplos registros realizados pelos adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.).

A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança.

VI- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil.

VII- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Art.11 – Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Avaliar é, portanto, o exercício de um olhar sensível e cuidadoso para com o outro ou, dito de outro modo, é parte do exercício de “amorosidade” que o ato educativo encerra do qual nos fala o mestre. (FREIRE Paulo, apud, Micarello,2010)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político pedagógico não é um documento acabado, porque a escola é um espaço de aprendizagem e de transformação constante, por isso o mesmo deve ser analisado e reelaborado por toda a equipe pedagógica anualmente. Avaliando quais foram os projetos bem sucedidos e os que não foram para se for o caso, reestruturá-los e adaptá-los a nova realidade.

Tendo em vista que a escola é dinâmica e o projeto deverá retratar a realidade da escola. Analisar quais metas já foram alcançadas e aquelas que ainda precisam ser trabalhadas para a melhoria da qualidade no ensino para um melhor êxito na aprendizagem dos educandos. Melhorando conseqüentemente o IDEB da escola, porque o educando é o centro e motivo primordial da escola, e a mesma deverá formar um educando consciente dos seus direitos e deveres de cidadão.

Para a construção desta proposta foram envolvidos todos os funcionários desta instituição, uma vez que todos fazem parte da escola e participam das ações e metas, alguns funcionários porém estão diretamente envolvidos e cabe a estes a avaliação e aperfeiçoamento constante, outros tem participação secundária, porém não menos importante, sendo que todos têm consciência que são agentes da transformação e da construção da Escola que queremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Janete M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal**, Revista Educação & Sociedade n. 80 Campinas: CEDES, 2002.

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica-programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Brasília: MEC, SEB, 2004.

CYRINO, Públio Caio Bessa. **O papel articulador dos conselhos de Direitos e dos conselhos de educação**. In: Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA/MEC Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP, Pela Justiça na Educação, FUNDESCOLA. Brasília, 2000.

Brasil. Constituição (1998). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Lei nº 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 01/05/2014.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal**. – 3ª ed. – Brasília; Subsecretaria de Educação Pública, 2004.

DALMÁS, A **Planejamento Participativo na Escola**, 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOURADO, Luiz Fernandes, **A qualidade da educação: Conceitos e definições**. 2010. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em, 09/11/2014



ANEXOS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE SEMANAS 2014

MODALIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS

MÊS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	Sábados Letivos	Dias Escolares	TOTAL
JANEIRO	00	00	00	00	00	00	00	00
FEVEREIRO	03	04	04	04	04	00	03	19
MARÇO	04	03	03	04	04	00	01	18
ABRIL	03	05	05	03	03	00	01	19
MAIO	04	04	04	04	04	01	01	21
JUNHO	02	02	02	02	02	01	00	11
JULHO	04	04	04	04	03	00	01	19
AGOSTO	04	04	04	04	04	01	01	21
SETEMBRO	04	05	04	04	04	01	01	22
OUTUBRO	03	03	04	04	04	01	01	19
NOVEMBRO	04	04	04	04	04	00	01	20
DEZEMBRO	03	02	02	02	02	00	01	11
TOTAL	38	40	40	39	38	05	12	200

Observações: Dia: 10/05 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 2ª feira
Dia: 26/07 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 2ª feira.
Dia: 23/08 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 5ª feira
Dia: 07/09 – Feriado Letivo, funcionará com horário de 6ª feira.
Dia: 25/10 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 6ª feira.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Semestre	Dias Letivos	Dias Escolares
1º Semestre	88	06
2º Semestre	112	06
Total	200	12

ETAPAS

- 1ª ► 04/02 a 14/05 = 67 dias
2ª ► 15/05 a 05/09 = 67 dias
3ª ► 07/09 a 15/12 = 66 dias

TOTAL: 200 DIAS

ATENÇÃO!

- 1 – Os dias destinados a Recuperação final serão para os alunos com aproveitamento insuficiente com a obrigatoriedade da frequência de todos os servidores da Escola.
2 – **Poderão ser moveis a critério da Escola, os sábados letivos:**

10/05 – Festa da Família
26/07 – Festa Junina
23/08 – Dia do Folclore
25/10 – Mostra da Educação Integral

Carimbo e assinatura do (a) diretor (a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2014

<p><u>Janeiro</u> - Letivos: 00 dias Escolares: 00</p> <p>01 – Feriado 02 a 31 - Férias</p> <p><u>Fevereiro</u> – Letivos: 19 dias Escolares: 02</p> <p>03 – Início do Ano Escolar/Reunião Administrativa. 04 – Início do Semestre Letivo e Início de Etapa. 10 – Aula Inaugural – (extra turno) móvel 26 – Encontro Coletivo – (extra – turno). 28 – Reunião de Pais.</p> <p><u>Março</u> – Letivos: 18 dias Escolar: 01</p> <p>03 e 05 – Recesso 04 – Feriado / Carnaval 26 – Encontro Coletivo – (extra turno)</p> <p><u>Abril</u> – Letivos: 19 dias Escolar: 01</p> <p>17 – Recesso 18 – Feriado – Paixão de Cristo 21 – Feriado - Tiradentes 23 – Encontro Coletivo – (extra turno) 24 a 30 – Avaliações Globalizantes</p> <p><u>Mai</u> – Letivos: 20 dias Escolar: 01</p> <p>01 – Feriado 02 – Recesso 10 – Sábado Letivo (Festa da Família) 12 a 14 – Recuperação de Etapa 15 – Início da 2ª Etapa 21 – Encontro Coletivo – (extra turno) 30 – Reunião de Pais</p> <p><u>Junho</u> – Letivos: 11 dias Escolar: 0</p> <p>13 – Término do Semestre letivo 16 a 30 – Recesso</p>	<p><u>Julho</u> – Letivos: 19 dias Escolares: 01</p> <p>01 a 04 – Recesso 07 – Início do 2º Semestre Letivo 15 – Encontro Coletivo – (extra turno) 26 – Sábado letivo (Festa Junina)</p> <p><u>Agosto</u> – Letivos: 21 dias Escolar: 01</p> <p>13 – Encontro Coletivo – (Extra-turno) 15 – Feriado 23 – Sábado Letivo (Festival de Folclore) 25 a 29 – Avaliações Globalizantes</p> <p><u>Setembro</u> – Letivos: 22 dias Escolar: 01</p> <p>03 – Encontro Coletivo – (extra turno) 07 – Feriado letivo 08 – Recesso 09 a 11 – Recuperação de Etapa 07 – Início da 3ª etapa</p> <p><u>Outubro</u> – Letivos: 19 dias Escolar: 01</p> <p>01 – Encontro Coletivo – (extra turno) 03 – Reunião de Pais 12 – Feriado 13 a 17 – Recesso 25 – Sábado Letivo (Mostra da Educação Integral)</p> <p><u>Novembro</u> – Letivos: 20 dias Escolar: 01</p> <p>02 e 15 – Feriado. 12 – Encontro Coletivo – (extra turno) 20 – Consciência Negra. 24 a 28 – Renovação de matrícula</p> <p><u>Dezembro</u> – Letivos: 11 dias Escolares: 01</p> <p>08 a 10 – Recuperação de Etapa 10 – Encontro Coletivo – (extra turno) 12 – Reunião de Pais 15 – Encerramento da 3ª etapa e do Ano Letivo. 16 a 19 – Estudos de Recuperação Final 19 – Encerramento do Ano Escolar 22 a 31 – Recesso</p>
--	---

Carimbo e assinatura do (a) diretor (a)